



Diário da Sessão n.º 009 de 17/03/05

Presidente: Está aberto o debate para o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre a Proposta de Resolução “relativa à Política Regional da União Europeia”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Prometo tomar em consideração que o senhor acabou de dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, no nosso entender, assenta em duas questões:

O pedido de urgência tem a ver com o facto de ser importante, neste período legislativo, a Assembleia formalizar a aprovação da proposta que propomos e que falaremos nela de seguida, a tempo de poder fortalecer a posição no âmbito da conferência das regiões periféricas e marítimas da Europa.

Portanto, faz sentido na construção que se pretende, tendo em vista a tomada de posição do Conselho da Europa a propósito da reunião de Junho onde vão definir as verbas afectadas ao IV Quadro Comunitário de Apoio.

Esse processo é necessariamente moroso, é um processo que tem a ver com estas engrenagens das instituições europeias. Portanto, é urgente proceder-se a esta votação neste período legislativo de Março de 2005.

Quanto à dispensa de exame em Comissão, nós entendemos, como pensamos que é perfeitamente claro na proposta, que esta questão é muito objectiva em termos de defesa dos interesses dos Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Portanto, é nesse sentido que achamos que esta Proposta de Resolução deve ser votada, tem fundamento em termos de urgência, em termos de dispensa de exame em Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José San-Bento:

Para o futuro vou-lhe dizer mais ou menos como é que pode fazer.

O CDS/PP concorda com o pedido do processo de urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD não se opõe ao processo de urgência com dispensa de exame em Comissão.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate da **Proposta de Resolução “relativa à Política Regional da União Europeia”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A nossa Proposta de Resolução tem a ver, como também já foi referido na comunicação do Sr. Vice-Presidente na Terça-Feira na Assembleia, com



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

este momento oportuno que os Açores podem ter, mesmo no processo da construção europeia, de reforçar a sua posição, de contribuir para uma iniciativa que neste momento está a ser desenvolvida no âmbito da conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa, visando o apoio à proposta da Comissão Europeia para a definição do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Como sabem, e também já foi dito, no próximo mês de Junho vai ser realizado o Conselho Europeu que, salvo uma anomalia inesperada, irá definir esse Quadro Comunitário de Apoio e tudo indica que em cima da mesa haverá duas propostas, uma, vinda da Comissão Europeia, que pretende afectar 1,14% do Rendimento Nacional Bruto da União Europeia a este Quadro Comunitário de Apoio, e a outra, que parece ser defendida por alguns dos maiores e mais ricos países da União Europeia, que pretende rever em baixa esse tecto ou esse volume financeiro.

É uma diferença de 0,14 pontos percentuais, mas que traduz num horizonte temporal de 2007 a 2013 muitos milhares de milhões de euros. Portanto, a sua redução no próprio processo de construção europeia seria uma medida que teria grandes repercussões.

Há questões aqui que se prendem com a fase do pré-alargamento que ainda não estão devidamente resolvidas, mas eu não vou divagar muito nesta temática. Apenas refiro que esta iniciativa é fundamental.

A nossa proposta de resolução visa, nos três pontos concretos de recomendação, em primeiro lugar, manifestar a convicção por parte da Assembleia, por parte do povo dos Açores, através da nossa representação, que o desenvolvimento pleno das estratégias, quer da estratégia de Lisboa, quer da estratégia de Gotemburgo, passe por uma construção europeia que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

não diga respeito só às administrações centrais dos estados, mas que envolva profundamente as regiões.

Nesse sentido, no plano dos princípios é feita a manifestação desta convicção.

O segundo ponto prende-se com o apoio da proposta da Comissão Europeia, precisamente nos termos em que eu referi há pouco, face a um contraponto da proposta mais restritiva ou menos generosa.

O terceiro ponto é um alerta para os próprios agentes europeus, para o efeito negativo que a aprovação de uma medida destas, de uma medida que de certa forma defraudaria as expectativas e afectaria o desenvolvimento das regiões, teria numa altura em que se fala na rectificação do Tratado Constitucional da Europa.

Portanto, há aqui aspectos que são relevantes e que poderão também ter uma influência muito negativa na própria opinião pública em relação ao processo de construção europeia.

Tentando ser sintético, no caso desta proposta ser aprovada, nós solicitaríamos que o texto da mesma fosse enviado para o Presidente do Parlamento Europeu, para o Presidente da Comissão Europeia, para o Presidente do Conselho da União, para o Sr. Primeiro-Ministro e também para o Sr. Presidente da Assembleia da República e com isso exprimir ao mais alto nível a posição que a Assembleia assume aqui.

Presidente: Já agora, não seria de enviar para os Srs. Deputados Europeus portugueses?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O PSD votará favoravelmente esta Proposta de Resolução, porque consideramos importante a participação do Parlamento no processo de construção Europeia e em todas as organizações internacionais em que o país e a região estão envolvidos. É fundamental que a Assembleia possa participar e manifestar o modo como interpretamos o interesse regional.

Aliás, tal como um dos parágrafos da Proposta de Resolução diz, é importante uma mobilização que se consubstancia na pronúncia dos Parlamentos Regionais sobre as referidas propostas da Comissão.

Não se percebe, por isso, muitas vezes o ziguezague, a desorientação e a obsessão do Partido Socialista em votar contra, quando surgem propostas com esta mesma matriz, vindas do PSD.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A verdade é que esta opção admitida pela CRPM – Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa, mobiliza os Parlamentos das Regiões Autónomas para esta pronúncia e enquadra-se numa política de coesão que apoiamos.

Foi Portugal, liderado pelo anterior Governo, que formou um vasto grupo de países amigos da coesão.

É neste âmbito e nesta filosofia que nos enquadrámos.

A política de coesão é um princípio e um instrumento fundamental para assegurar, com sucesso, o alargamento da União Europeia.

Para nós, a política de coesão não pode ser a principal variável dos exercícios da restrição orçamental da União.

Gostava de dar a nota, para que fique registado, de que se deveria propor a revogação da norma que determina a suspensão do fundo de coesão por incumprimento do pacto de estabilidade e crescimento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O que fica a faltar nesta Resolução é, para além do que os nºs 1, 2 e 3 prevêem, se comunique ao Governo da República esta nossa posição e que ele se envolva também na defesa deste propósito e deste entendimento que a Assembleia Legislativa Regional faz.

Acabou de corrigir o Sr. Deputado San-Bento a omissão da Resolução quanto à comunicação que há-de ser feita pela Assembleia e conduzida pela Mesa da Assembleia aos autores e decisores desta nossa pronúncia.

Espero que o Sr. Presidente tenha entendido que apesar da omissão no articulado desta Proposta de Resolução, ela só faz sentido e tem consequência se for devidamente comunicada, designadamente aos decisores citados pelo Deputado José Carlos San-Bento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, em relação a esta proposta de resolução, e na medida em que tal seja admissível, manifestar, da parte do Governo, o sentido de considerarmos que esta é uma proposta muito oportuna e que surge num momento, muito actual e muito particular, em que efectivamente se está a analisar e a discutir as propostas financeiras para 2007/2013.

Conforme é salientado na própria resolução, os Açores integram-se, assim, num amplo movimento desencadeado pela Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa e visa alertar as entidades europeias para a importância desta matéria e manifestar apoio às propostas da Comissão.

Relativamente à sugestão que foi feita pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro sobre a suspensão da Fundo de Coesão, eu gostava de lhe dizer que o Governo Regional dos Açores, representando a Região no âmbito da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

reunião da Comissão de Coesão Territorial do Comité das Regiões, teve a oportunidade de votar favoravelmente uma proposta que surgiu nessa Comissão, relativamente ao parecer da própria comissão e parecer do Comité das Regiões, que visava efectivamente chamar a atenção para esse aspecto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para associarmo-nos a esta iniciativa no sentido de que ela nos parece oportuna, parece ir ao encontro do interesse regional, como referiu agora o Sr. Secretário Regional. Diria que é um compromisso que fica satisfeito se o Parlamento tomar essa iniciativa, porque também devemos estar em plena solidariedade com os restantes órgãos representantes regionais que participam noutras sedes. Portanto, é a nossa estrita obrigação. Se porventura ela não tivesse surgido diria que teria sido um esquecimento, mas ainda bem que ela surgiu e se enquadra. Sob esse ponto de vista é uma atitude lógica. É a defesa do nosso interesse.

A introdução de um conjunto de destinatários institucionais desta posição do Parlamento dos Açores, que pelos vistos será unânime, realmente também parece muito pertinente, não só as sugestões que o Sr. Presidente da Assembleia deu, como a proposta apresentada pelo Deputado José Manuel Bolieiro, porque na verdade importa que o lado português, desde logo, esteja numa plena identidade e identificação com esse nosso interesse que é um interesse profundo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Portanto, acho que o Governo de Portugal já é co-responsável por esse ambiente positivo no seio da Comissão, mas importa ter-se presente e sempre na agenda do país este particular interesse dos Açores.

Portanto, julgo que todas as propostas no sentido de alargarmos as entidades a serem informadas desta nossa posição, só reforça e dá peso operacional à nossa decisão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir muito rapidamente que, face à alusão que o Sr. Deputado Bolieiro fez sobre a questão do envolvimento do Governo e da República, ainda muito recentemente foi anunciado pelo Sr. Primeiro-Ministro que passaria a ser o interlocutor directo com as regiões autónomas, designadamente com os seus Presidentes.

Eu acho que isso é muito importante e tem todo o sentido falarmos, porque isto representa um grande aumento do peso de influência das Regiões no país, representa um reforço da posição dos Açores, neste caso particular, de poderem influenciar a afirmação da vontade do país. Portanto, acho que é importante percebermos que o Governo de Portugal terá agora, com certeza, muito maior consideração por aquilo que é a vontade legítima, neste caso, das suas duas regiões autónomas.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar esta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.